



Serie Informes/País



Mujer Rural y  
Derecho a la Tierra  
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

# DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESIGUALDADE: um olhar sobre a situação da mulher rural no Brasil, direito à terra e soberania alimentar em tempos de crise

Relatório elaborado por: Anamaria Medeiros e Natali Lacerda - Espaço Feminista  
Fotografias: Espaço Feminista

## INTRODUÇÃO

O modelo de acumulação capitalista cria, reforça e estrutura crises de todas as ordens e proporções em todo mundo e em múltiplas esferas – econômica, social, cultural, ambiental, etc. e escancara para o mundo que a desigualdade é um dos pilares que sustentam este sistema.

Na base da pirâmide de desigualdades imbricadas nesse sistema - que além de capitalista, é patriarcal e racista- estão as mulheres, as pessoas negras, quilombolas e indígenas. Seja na exploração do trabalho, na apropriação de territórios originários, na destruição da natureza ou na subjugação da força produtiva que hierarquiza as relações de poder.

Desta forma, este documento tem como principal objetivo analisar e refletir a situação da mulher rural no contexto agrário brasileiro a partir de três miradas distintas: 1. em escala nacional, a partir do comparativo dos dados oficiais; 2. em escala regional dentro de um processo de reestruturação produtiva e industrialização; 3. vivenciando cenários de crise e criando estratégias na pandemia da Covid-19.

Como é impossível falar sobre desigualdade no espaço rural sem mencionar indígenas e quilombolas, o documento também conta com dois quadros com informações gerais sobre as populações tradicionais na atual conjuntura do país.

A crise vivenciada na pandemia da Covid-19 reforça a necessidade de repensarmos o cenário de desigualdade e reforçarmos a urgência em criar agendas para superar as mazelas decorrentes da exploração e da construção e consolidação do modus operandi do capitalismo.

Neste contexto, as mulheres são as mais impactadas, além do aumento do trabalho doméstico e do cuidado com a família, percebe-se o crescente número de casos de violência doméstica. Conforme divulga o IBGE, também há um impacto de ordem econômica. No primeiro trimestre de 2020, no Brasil, houve uma taxa de desocupação de mulheres de 14,5% enquanto a de homens foi 10,4%. (IBGE, 2020).

E esse cenário não se desenhou na pandemia, um estudo divulgado pelo Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada sobre as desigualdades de gênero e raça entre 1995 - 2005 revela que a diferença entre homens e mulheres em contextos urbanos e rurais sempre foi gritante no Brasil.

Em 2005, a média de rendimento per capita geral era de R\$1.860,00 para áreas urbanas e R\$742,20 para áreas rurais; Fazendo o recorte de gênero e raça, as mulheres brancas em áreas urbanas tinham uma renda média de R\$1985,00, já as mulheres brancas em áreas rurais tinham renda de R\$629,00. Para as mulheres negras, os números foram ainda mais alarmantes pois, em áreas urbanas, tinham renda de R\$1153,50, enquanto as mulheres negras que viviam em áreas rurais auferiram renda média mensal de R\$ 358,00.

Trazendo a análise de renda para os povos indígenas, os dados oficiais mais recentes são do Censo Demográfico de 2010 que revelou que do número total de indígenas era 896,9 mil, sendo 36,2% em áreas urbanas e 63,8% em áreas rurais. Destes, 52,9% dos residentes em áreas urbanas não tinham rendimento e em áreas rurais esse número era de 65,7%.

Em 85,4% das terras, mais de 50% dos indígenas não tinham rendimento em dinheiro, nem benefício. Em 96,1% das terras, 50% dos indígenas de 10 anos ou mais de idade recebiam até um salário mínimo mensal (equivalente a R\$ 510,00 há época.)

Outro importante indicador da desigualdade social e de gênero é o acesso à terra e ao território. No Brasil, a legislação fundiária é alicerçada na supressão de direitos das mulheres e das populações tradicionais, negligenciando que o acesso destas à terra é fundamental para o desenvolvimento e superação de parte da desigualdade social.

O Estatuto da Terra de 1964, a principal legislação sobre reforma agrária até 1985, legitimou o acesso à terra a chefes de família que queriam produzir. Como as mulheres não eram consideradas chefes de família, o acesso à terra se concentrou preponderantemente com os homens.

Com a reivindicação dos movimentos e entidades, a Constituição de 1988 reconheceu o direito legal da mulher à propriedade e à possibilidade de titularidade conjunta para terras de reforma agrária, no entanto, até os anos 2000, ainda não era um direito implementado.

O primeiro Censo da reforma agrária (1995/1996) indicava que apenas 12,6% das beneficiárias eram mulheres. Mais de 20 anos depois, os números relacionados a mulheres e à terra demonstram que as desigualdades permanecem, se reforçam, remodelam e seguem deixando à margem as questões de gênero.

No que se refere às terras indígenas e quilombolas, os sistemas de posse são regulamentados pela mesma lei que lhes confere tais títulos. O marco institucional para a gestão territorial das referidas modalidades está pautado na Constituição Federal de 1988. A constituição retirou-lhes definitivamente qualquer caráter de propriedade privada, ao serem estabelecidas como bens da União (art. 20, XI). Desta forma, a posse da terra lhe é conferida enquanto coletividade.

Em linhas mais gerais, a conjuntura brasileira apresenta poucos avanços relacionados aos territórios quilombolas e às terras indígenas. Desde 1988, o Estado reconheceu oficialmente cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas.

Quase 80% delas foi identificada a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas.

Apesar da realidade apontada a partir de dados estatísticos refletir um período e um recorte, ela expõe também uma construção histórica e social e nos impele a pensar a construção de um modelo de sociedade que modifique os dados de desigualdade em seus mais amplos níveis.

Neste intuito, utilizando como principal fonte de informações os dados dos dois Censos Agropecuários mais recentes, realizados pelo IBGE em 2006 e 2017, traremos um pequeno panorama da situação da mulher no cenário rural de maneira mais esmiuçada, para as categorias em que o dado está disponível com recorte de gênero, e incluiremos informações adicionais e mais amplas sobre indígenas e quilombolas<sup>1</sup>.

Visibilizar os dados sobre o cenário rural do Brasil, a partir de um recorte de gênero, é de extrema importância para refletirmos os avanços, atrasos e as demandas no tocante ao acesso a políticas públicas, qualidade de vida e condições de desenvolvimento e justiça de gênero. Com base nos dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2016, foi construído o Informe País 2017 que traz um compilado de informações sobre a situação da mulher rural no Brasil.

Em continuidade desta proposta, apresentamos este documento que integra um conjunto de reflexões sobre o lugar das mulheres rurais no Brasil, utilizando como principal fonte de dados os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, construindo

nossa análise a partir de dois cenários específicos:

1. Dentro de projetos de desenvolvimento e industrialização em ascensão em espaços rurais e
2. A partir dos novos problemas e desafios ampliados pela pandemia.

Assim, dividimos o conteúdo da seguinte maneira: A parte um compõe uma breve comparação do cenário rural no Brasil a partir dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 e 2017; a parte dois traz uma reflexão sobre o impacto causado e qual o lugar é relegado às mulheres rurais dentro de projetos que prometem desenvolvimento regional. Nessa análise também são utilizados como ponto de partida a implementação de um projeto de reestruturação produtiva para uma região canavieira no estado de Pernambuco, construindo uma análise socioeconômica de dois cenários: antes e depois da implementação das obras, comparando os dados para 2006 e 2017 em quatro municípios impactados; a parte três do documento propõe, a partir de dados levantados por esforços da sociedade civil, pensarmos que lugar ocupam as mulheres rurais em cenários de crise, tais como a crise multissetorial explicitada em quase dois anos de pandemia no Brasil. Com o retorno do país ao mapa da fome e a crise alimentar pela qual passa o país, buscamos compreender como a pandemia impactou a dinâmica de vida da mulher rural.

A quarta parte reconhece a importância dos movimentos sociais e sociedade civil para o enfrentamento da crise, sobretudo em relação à insegurança alimentar e ao fortalecimento de redes de agricultoras e agricultores da agricultura familiar. Por fim, a parte cinco fecha o documento com recomendações às esferas governamentais, aos institutos nacionais de pesquisa de dados, aos movimentos sociais e sociedade civil como um todo.

---

1. Os dados sobre indígenas e quilombolas não estão esmiuçados no censo agropecuário mais recente, por este motivo não aprofundaremos nossa discussão.





## 1. PANORAMA DO BRASIL RURAL

Segundo a FAO, mulheres rurais representam 45% da força de trabalho rural em países em desenvolvimento e 60% em países da África e Ásia, guardam os saberes e práticas tradicionais, fundamentais para a autonomia, soberania e segurança alimentar de suas famílias e comunidades a partir da produção de alimentos saudáveis. Por isso são parte fundamental para o alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, mas, apesar da importância de seu trabalho, o panorama é bastante desfavorável para as mulheres no cenário rural em toda América Latina.

Este cenário é agravado pela crise multissetorial amplificada pela pandemia do Novo Coronavírus, que escancara e aumenta as desigualdades sociais, raciais e de gênero, afetando social e

economicamente a população, comprometendo a garantia do acesso à alimentação adequada, sobretudo entre a população mais vulnerável.

Dados divulgados pela Rede Penssan em seu Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar e a Covid 19 no Brasil, realizado em Dezembro de 2020, revelam que 19 milhões de brasileiros enfrentam a fome no seu dia a dia, desses, os maiores números estão nas regiões Norte e Nordeste, a maior parte em lares chefiados por mulheres e as áreas rurais são as mais atingidas.

Também são as mulheres rurais as mais impactadas por projetos de desenvolvimento, pela ampliação da dificuldade em acessar políticas públicas que contribuam para o seu maior desenvolvimento de maneira equitativa ou por não terem seu trabalho reconhecido enquanto força produtiva e econômica.

Esses números revelam que a desigualdade de gênero no país está associada à desigualdade de distribuição de terras e manutenção da pobreza e da dependência das mulheres rurais. O acesso à terra é o principal pilar para alcançarmos a justiça de gênero no rural brasileiro. Por ele, aumenta-se a possibilidade de produção, o acesso à políticas públicas, a garantia de autonomia, empoderamento e incidência política.

No Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário 2017, as mulheres com acesso à terra representam apenas 19,7% na agricultura familiar e 15,2% na agricultura não familiar. Os números seguem díspares para as demais categorias como tamanho da propriedade, forma de obtenção de terra, acesso ao crédito e políticas públicas.

Mesmo sendo responsáveis por metade da produção, administram apenas 19% dos estabelecimentos agropecuários, estão nas menores porções de terra e tem seu acesso à políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar – como crédito e assistência técnica – dificultado e reduzido.

2. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/26281-mulheres-ganham-espaco-na-agropecuaria-mas-sao- apenas-19-dos-produtores.html>

O Censo Agropecuário é o principal levantamento de dados sobre o espaço agrário e o universo rural do Brasil, sendo realizado a cada dez anos, divulgando informações sobre características dos estabelecimentos e dos produtores, sobre produção agrícola, uso da terra, valores da produção e vários outros indicadores que compõem o rural brasileiro.

Relevante destacar que o Censo Agropecuário de 2017 foi realizado num contexto de golpe político orquestrado e financiado por setores ultraconservadores da política e economia nacional tendo como principal resultado o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016.

O levantamento adotou uma metodologia diferente da utilizada no anterior, em decorrência de cortes nos orçamentos para sua realização e de influência dos setores ligados ao latifúndio e ao monopólio do agronegócio. Além de ter uma redução de 14 páginas em seu questionário, foi modificada a metodologia e alguns conceitos, tendo como consequência menos detalhes, o que engessa parte das análises comparativas.

Por este motivo, temos menos detalhamentos sobre gênero, uso de agrotóxicos, produções agroecológicas e alguns detalhamentos sobre as propriedades e tipos de produção, o que possibilitaria maior aprofundamento no debate. Outro aspecto relevante na elaboração deste documento é a deficiência de dados oficiais sobre populações indígenas e quilombolas no tocante a estrutura fundiária, conjuntura agrária e gênero. Desta forma, buscamos inserir informações a partir de estudos, boletins e documentos divulgados por entidades e organizações que se debruçam sobre estes temas.

Cabe ressaltar que estava previsto para 2020 a realização do Censo Demográfico com inserção de informações sobre os povos quilombolas no Brasil, no entanto, com a justificativa de baixo orçamento (o orçamento para realização da pesquisa sofreu corte de 96% - IBGE, 2021) e avanço da pandemia no país, a pesquisa ainda não foi realizada. A grosso modo, a análise dos dados divulgados no último Censo Agropecuário (2017) reforça que, apesar de ter apresentado avanços em relação

à garantia de direitos para as mulheres rurais, o caminho para justiça de gênero é longo e que, apesar do aumento dos números em algumas categorias, no geral, a desigualdade entre homens e mulheres segue latente e vultosa, concentrada nas mãos de homens brancos, invasores de grandes extensões de terra, geralmente associados ao agronegócio e também à necropolítica do Estado brasileiro, que além de não avançar com as agendas importantes para as mulheres e para a agricultura familiar, faz retroceder pastas, políticas públicas e avanços conquistados a base de muito suor e luta de mulheres e homens do campo.

Abaixo seguem os dados e comparações possíveis mais relevantes para a leitura de conjuntura que nos propomos a fazer.

- Em 2017 o Brasil possuía pouco mais de cinco milhões de **estabelecimentos agropecuários**, representando uma diminuição de cerca de 102 mil propriedades em relação a 2006.
- Refletindo os números divulgados a nível nacional no estudo de 2017, em comparação com os dados divulgados em 2006, a **área produtiva rural** aumentou de 36,7% em 2006, para 41,13% em 2017 e o número total de estabelecimentos agropecuários é de 351 milhões de hectares, 5% a mais que em 2006. Estes dados indicam **uma maior concentração das terras** e, conseqüentemente, da desigualdade no campo. De todo o território nacional, a região Nordeste (no geral) foi a única que reduziu o número de áreas e estabelecimentos agropecuários.
- Nestes 11 anos o número de latifúndios cresceu 2,7% em área e dobrou o número de **terras arrendadas**, passando de 14,9 milhões de hectares para 30 milhões de hectares em 2017, os dados refletem um aumento da **concentração fundiária** no país, ficando a estrutura agrária ainda mais desigual;
- No Brasil 77% dos estabelecimentos, cerca de 3,9 milhões de propriedades pertencem à agricultura **familiar**, correspondendo a 23% do total de área dos estabelecimentos agropecuários, cerca de 80,9 milhões de hectares. O número de estabelecimentos apresenta uma **queda** na comparação com

2006 onde o número de estabelecimentos era de 4,3 milhões de propriedades.

- O número de **pequenas propriedades** (de até 10 hectares) continua representando metade dos estabelecimentos do país e constatamos a permanência da concentração fundiária, visto que a área produtiva destas propriedades foi reduzida de 2,7% do território nacional em 2006, para 2,2% no último censo.
- **Importante destacar também que o número de produtores individuais** foi reduzido de 4,9 milhões para 3,6 milhões em 2017 e cresceu o número em área de sociedades anônimas.
- O número de **mulheres** administrando estabelecimentos cresceu 6% em 11 anos, correspondendo a 19% do total de estabelecimentos, 946 mil produtoras. O número representa um valor muito aquém do esperado, visto que representa apenas 1/5 das propriedades rurais do Brasil.
- As **mulheres** representam 19,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar e 15,2% da agricultura não familiar. Os maiores números estão na região nordeste, onde as mulheres representam
- 23,2% do número total de estabelecimentos e 24,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar.
- **Mulheres negras** respondem por 67% do número total de estabelecimentos dirigidos por mulheres, seguido de **mulheres brancas** que representam 35%. A predominância de estabelecimentos está em áreas de até 20 hectares, sendo a área média para agricultura familiar de 14,7 hectares.
- A **disparidade de gênero** diminuiu em estabelecimentos com menos de 1 hectare, ficando a média de 2 homens para uma mulher, indicando que as mulheres estão em maior número e proporção em estabelecimentos menores.
- A pesquisa também considerou os estabelecimentos que têm sua **administração compartilhada** pelo casal, são 1.029.640 estabelecimentos, sendo 817 mil mulheres dividindo a direção do estabelecimento com o cônjuge, representando 20% do total.
- O último censo revela que 15,1 milhões de pessoas trabalham no campo. Destes, 10,1

milhões estão empregados em atividades da agricultura familiar, cerca de 67% do **pessoal ocupado na agropecuária**.

- No comparativo houve redução de 8,8% do número de **pessoal ocupado** no campo, reduzindo 1,5 milhão de pessoas que tiveram sua força de trabalho substituída por **máquinas**. O número de tratores cresceu 50% em relação à pesquisa anterior e houve crescimento no uso de outras máquinas como semeadeiras, colheitadeiras e adubadeiras.
- Esse número conta com a **perda** de 2,2 milhões de trabalhadores da **agricultura familiar** e um **aumento** de 703 mil trabalhadores na **agricultura não familiar**.
- Ainda em relação ao trabalho cresceu 143% a contratação de **mão de obra terceirizada** como empreiteiros e cooperativas, subindo de 252 mil trabalhadores em 2006 para 612 mil em 2017.
- Percebe-se também o envelhecimento do trabalho no campo, visto que pessoas com mais de 60 anos representam cerca de 34,2% dos produtores rurais, enquanto menores de 30 anos representam apenas 5,4% dos produtores totais. Tal baixa no número dos jovens no campo pode estar associada ao atrativo de empregos formais ser bem maior nos perímetros urbanos e a falta de ofertas e políticas públicas que garantam a permanência do jovem nas zonas rurais, o que acarreta a quebra no processo de sucessão no cuidado com as propriedades, como era percebido em 2006.
- No tocante à saúde do **trabalhador rural** e a **segurança e soberania alimentar**: subiu mais de 20% o uso de **agrotóxicos** no Brasil em 11 anos, sendo 1,7 milhão de propriedades, 33% do total. Tal aumento deve-se ao avanço do agronegócio e a flexibilização na fiscalização e controle do uso de veneno nas produções por parte dos órgãos públicos competentes.
- Outro aspecto que chama atenção é a **escolaridade do produtor**, sendo os maiores números (23,77%) relacionados ao ensino primário, seguidos dos produtores que nunca foram à escola que somam 15,45% dos estabelecimentos. Tais dados revelam a deficiência no acesso à educação, seja por falta

de condições de frequentar a escola ou por falta de oferta de escolas em todos os níveis de ensino nas áreas rurais.

- Em relação ao recorte **racial** dos produtores, em 2017, 52,8% deles eram pretos ou pardos e 45,4% eram brancos. Chama atenção a **desigualdade racial** se pensarmos os **tamanhos das propriedades**. Pretos ou pardos dirigindo propriedades de até 5 hectares somam 65%, enquanto brancos são 32,4%. Quanto maior a área, mais aumenta a disparidade entre 5 e 50 hectares, a população branca responde por 52,4% contra 46,3% de pretos ou pardos. Nos estabelecimentos de 50 a mil hectares, 57,1% são dirigidos por produtores brancos, contra 41,5% de pretos ou pardos. Nos estabelecimentos de 1000 a 10 mil hectares, brancos são 74,7% e pretos ou pardos 23,8%. Na última faixa estabelecida pela pesquisa, de mais de 10 mil hectares, a proporção é de 79% de brancos contra 18,9%.
- Soja, milho e cana-de-açúcar são as produções que têm mais impacto na economia do país. Dos R\$ 308 bilhões que o setor movimentou, a soja responde por R\$104 bilhões, seguido pela cana-de-açúcar com R\$ 49 bilhões e o milho com R\$ 34 bilhões. Os números mostram que a exportação de **commodities** segue sendo o carro-chefe do **agronegócio** no Brasil e que segue crescente, no comparativo com 2006, a área colhida de soja apresenta um aumento de 72%, o número de estabelecimentos produtores aumentou 9% e a produção teve um aumento de 123%, cana e milho cresceram 56%. O que também se relaciona ao aumento da concentração de terras, destruição da natureza e a insegurança alimentar.
- Em contraposição ao avanço do agronegócio, a **agricultura familiar** perdeu 9,5% em estabelecimentos em relação ao Censo anterior. A agricultura familiar responde pelo maior número de estabelecimentos, 77% e 23% da área agrícola total.
- A **produção da agricultura familiar** responde pela maior parte dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. 48% do valor da produção de café e banana, 80% do valor da

produção de mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. Respondendo por 23% do valor da produção agrícola do país, cerca de R\$ 107 bilhões.

Em linhas gerais, o levantamento de 2017 indica que há um compromisso firmado e um interesse do Estado na continuidade e aprofundamento na concentração de terras a partir dos avanços do agronegócio e da ideologia do progresso e desenvolvimento tecnológico para o campo. Pois, ao passo que o agronegócio ganha mais áreas, o número de novos assentamentos de reforma agrária tem uma queda abrupta desde 2007, mantida até hoje.

Apesar de a modernização conservadora ser uma realidade latente, vide o aumento na produção das principais commodities brasileiras, da mecanização das atividades e da ampliação do uso de agrotóxicos cabe destacar a importância da produção de alimentos pela agricultura familiar que apesar de ter tido uma redução, com pouco mais de 20% da área produtiva e o enxugamento de políticas públicas para agricultura familiar, responde por R\$ 107 bilhões do valor total da produção agrícola no país.

Os números sugerem um pequeno aumento da participação das mulheres no campo, tal acréscimo pode estar associado ao trabalho dos movimentos sociais de luta pela terra, território e justiça de gênero, como também às modificações na dinâmica familiar ou ainda a melhoria na capacidade do Censo de contabilizar a contribuição das mulheres na agricultura.

E, no tocante ao panorama de gênero, se mostra como urgente a inserção de novos e outros indicadores, com mais detalhamento e cruzamento de dados e variáveis, conforme vamos ver no estudo apresentado abaixo. Apesar de termos a inclusão de alguns indicadores que esmiúçam melhor o panorama vivenciado pelas mulheres, muitas outras camadas de análise precisam ser inseridas, para fomentar os estudos, pautas e políticas públicas que de fato garantam a equidade de gênero, fundamental para superar os cenários de crise no Brasil e no mundo.





## INDÍGENAS O BRASIL É TERRA INDÍGENA!

**A** Apesar do Censo não incluir os povos indígenas nas análises relacionadas a estrutura fundiária, produção e outras categorias que são essenciais para pensar a conjuntura, criamos um quadro resumo do que tem se desenhado a nível Brasil no que diz respeito aos povos indígenas, o reconhecimento de territórios e sua segurança.

Hoje, o Brasil tem 1.298 terras indígenas, sendo que 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 829, um total de 536 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado para finalização do processo.

Dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário em seu Relatório contra povos indígenas no Brasil revela que em 2019 a grilagem de terras e os incêndios em territórios indígenas cresceu exponencialmente e a entidade contabilizou 256 registros de invasões, explorações ilegal de recursos em pelo menos 150 terras indígenas, impactando 143 povos, estes são os impactos do primeiro ano do atual governo que assumiu que não era interesse de sua gestão a demarcação

de terras indígenas e sim o desenvolvimento do agronegócio, da mineração e da exploração da natureza nestes territórios.

Além do cenário desolador nas terras já demarcadas, a atual gestão federal debate outras violências aos direitos originários, como a votação da **PL 490** que prevê um marco temporal para a demarcação das terras indígenas: apenas as porções que foram comprovadamente ocupadas até 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição Federal) podem ser demarcadas. Além disso, a PL proíbe a ampliação de terras indígenas já existentes, prevê a possibilidade de que a União se aproprie e disponibilize para a reforma agrária terras em que tenha havido “alteração dos traços culturais da comunidade” e permite desenvolver atividades econômicas nas áreas demarcadas sem consulta à população local, liberando a exploração da natureza e a ampliação do agronegócio, da mineração e dos garimpos, colocando em risco a preservação ambiental do país, legitimando violências e acirrando os conflitos.

Sabemos que desde a invasão portuguesa em 1500, o Brasil já era habitado pelos povos originários.





## 2. DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

**A** falácia do desenvolvimentismo capitalista no Brasil: Dados para pensar em escala regional o impacto do processo de industrialização na vida das mulheres rurais em Pernambuco.

Desde o início da colonização brasileira, a estrutura agrária do país está marcada por processos de apropriação, concentração de terras e conflitos territoriais que se estendem até a atualidade. Seja qual for o ciclo da história documentada do país, a dinâmica se repete há séculos: os processos capitalistas vão se adequando ao período social e histórico que vivemos, incluindo novos manejos e lógicas de expulsão e espólio.

Ao longo dos anos, o espaço brasileiro, sobretudo o agrário, passou por algumas remodelações ditadas pelo modelo da agroindústria e pela lógica capitalista e desenvolvimentista no campo. A partir da chegada do que é progresso e desenvolvimento, vários projetos e processos vão sendo implementados

a nível nacional e local sempre na lógica de que o desenvolvimento —pelo viés neoliberal— é a saída para as mazelas sociais e a possibilidade de um futuro diferente, com geração de emprego e renda e a superação das dificuldades socioeconômicas nos territórios em que são implementados.

Nessa necessidade de modernizar os variados setores que compõem a economia e com a falácia de que a alternativa para as modificações econômicas e sociais tão necessárias para o “desenvolvimento” da América Latina, há um boom de grandes empreendimentos que alavancariam novos investimentos e transformariam os espaços que ocupassem em polos provedores do desenvolvimento. Tais projetos, em geral com forte apoio e aparato estatal, tem uma grande proporção e impactam bastante a produção do espaço e a dinâmica social e econômica em escala local e regional, assumindo cada vez mais o protagonismo na produção e modificação do espaço em países latino-americanos.

Assim, em meados dos anos 2000, dentro do projeto de retomada do crescimento e da implantação da IIRSA (Integração Regional Sul Americana), o governo brasileiro desenvolveu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) investindo recursos públicos para o financiamento em instituições privadas. Nesta lógica, os governos federal e estaduais vem implementando projetos de desenvolvimento econômico em alguns estados, visando uma remodelação da base econômica e produtiva, bem como sua inserção no setor industrial.

Apesar de assegurarem que o caminho para o desenvolvimento do país é sua inserção no mercado competitivo a partir de uma remodelação na economia, vários estudos se debruçam sobre as análises do que está para além de incrementos econômicos e da instalação desses empreendimentos.

O desenvolvimento aos moldes do capital ocasiona problemas sociais, ambientais e econômicos. Gera migrações forçadas, ocupação desordenada, impactos na agricultura familiar, pouco emprega mão de obra local, altera o espaço, a dinâmica local e suas territorialidades.

Em Pernambuco, o planejamento econômico visava a desconcentração econômica e a interiorização dos investimentos que chegavam até o estado e por meio do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE, elencando alguns pólos ou regiões de desenvolvimento (RD). Dentre estas, está a RD 09, localizada na região da Mata Norte de Pernambuco, lócus do estudo de caso que traremos aqui.

A RD 09 é uma das regiões onde a produção canavieira estruturou a economia, a cultura e a sociedade, impedindo o desenvolvimento de outras atividades, gerando dependência socioeconômica da população local em relação ao agronegócio canavieiro. Com a justificativa de diminuir essa dependência e na busca por trazer novos investimentos e receitas, além de emprego e renda para a população local, no município de Goiana é estabelecida a construção de dois pólos industriais: um farmacológico, tendo como âncora a Empresa Brasileira de Hemoderivados - Hemobrás (inaugurada em 2012), e outro automotivo, tendo como destaque a Fábrica da Jeep (inaugurada em 2015), pertencente ao grupo Fiat-Chrysler Automobiles, FCA, além de diversos outros empreendimentos de menor porte nestes segmentos.



## 2.1 Um estudo de caso sobre o impacto dos projetos de desenvolvimento e industrialização em uma região canavieira, as transformações no espaço agrário e na vida das mulheres rurais.

Tanto os dados oficiais, quanto o relato das mulheres do território retratam que o desenvolvimento e progresso prometidos a partir da reestruturação produtiva e da dinâmica de industrialização não alcançam às mulheres rurais, seja pela manutenção da força do setor sucroalcooleiro, seja pela estrutura fundiária que permaneceu reproduzindo desigualdades no período analisado, conforme detalharemos nesta seção.



“A ideia era tirar o povo da cana e botar pra produzir comida ou trabalhar na cidade com um emprego mais digno. O que aconteceu de verdade foi que ninguém olhou pra produção de comida, a cana está nas parcelas dos assentamentos por que é só o que dá pra produzir com a condição que a gente tem. E os empregos que ficaram pro povo daqui, é tudo emprego de peão. Ganha um salário mínimo, trabalho de domingo a domingo. Isso é melhorar?” Marilene

A Zona da Mata de Pernambuco, território originalmente de Mata Atlântica- destruída quase que em sua totalidade pela invasão da cana-de-açúcar-, tem como base de sua economia e do desenvolvimento da região a hegemonia

da Pensando em dinamizar a economia local e a economia em várias regiões de Pernambuco, com o Plano de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco são implementados novos empreendimentos, agora direcionados para o setor industrial, farmacológico e automotivo, todos instalados no município de Goiana, cidade da Zona da Mata Norte.

A Mesorregião da Mata Setentrional de Pernambuco tem uma área correspondente a 3.219,3 km<sup>2</sup> e é composta por 19 municípios, somando uma população de aproximadamente 582,5 mil habitantes. Como já explicitado anteriormente, a base da economia regional é agrícola, sendo a principal atividade a produção de cana-de-açúcar, em regime de monocultura. Nossa análise está centrada em quatro municípios dessa região, Goiana escolhida por ancorar os empreendimentos e os demais Tracunhaém, Nazaré da Mata e Vicência pela dinâmica socioeconômica.

O Estado de Pernambuco é um dos maiores centros industriais do Nordeste, especialmente após a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), intensificado com obras de grande e médio porte desde meados dos anos 2000. Nesse período já havia em curso uma intenção de modificar as bases produtivas do estado, buscando alternativas a dependência do setor sucroalcooleiro e consolidando empreendimentos voltados para o setor industrial.

Assim, com investimentos públicos e privados, são consolidados dois grandes empreendimentos no município de Goiana, dando origem ao Pólo Farmacológico a Empresa Brasileira de Hemoderivados (Hemobrás) e mais dez empresas do setor farmacêutico, cosmético e químico e do Pólo Automotivo, com a instalação da FIAT e mais 16 empresas ligadas ao setor que injetaram cerca de um bilhão de reais já na fase de inicial de implantação.

Para subsidiar a implantação no município, a FIAT contou com o financiamento público e benefícios fiscais, recebendo financiamento de 85% do investimento total do empreendimento pelo governo federal através do BNDES, do Banco do

Nordeste e da Sudene. Além de subsidiar mais da metade do empreendimento, o governo federal também assinou o compromisso de garantir benefícios fiscais por mais cinco anos após o início das atividades.

**Goiana** está localizada na parte litorânea da Zona da Mata e foi escolhida pela sua posição geográfica estratégica, situada na divisa entre Pernambuco e Paraíba e próxima das regiões metropolitanas de suas capitais, o que facilita a logística de transporte do que é produzido no pólo, bem como a circulação de matérias-primas e pessoas. Antes do processo de industrialização, mesmo sendo um município de base na agropecuária, Goiana já era considerada um centro de comércio e serviços para as cidades do seu entorno.

Dos municípios estudados, Goiana é o que tem a maior área e a maior população, cerca de 80 mil habitantes, concentrados em sua maioria (77%) nas áreas urbanas, tendo o seu boom entre 2000 e 2010. Em números de habitantes é seguida por Itambé com cerca de 36 mil habitantes, 17% deles vivendo na zona rural, Nazaré da Mata com cerca de 32.000 habitantes, Vicência com 33.000 habitantes e Tracunhaém com quase 14.000 habitantes. De modo geral, a maior parte dos municípios investigados tem sua população majoritariamente concentrada nas áreas urbanas, com exceção de Vicência em que 55% da população vive nas áreas rurais.

Nestes municípios, parte significativa da população vive com até meio salário mínimo. Em Goiana, que possui a maior média salarial mensal dos trabalhadores formais na região (2,6 salários), 48,2% da população vive com até meio salário. Em Nazaré da Mata e em Tracunhaém, os índices também são próximos, representando 48,0% e 47,8%, respectivamente. Já em Itambé, 50,1% das pessoas vivem com essa renda média mensal e, em Vicência, o número se eleva para 52,1%.

O impacto dessas políticas de desenvolvimento é percebido pelo incremento do PIB em Goiana e nos municípios de referência, que no comparativo de 2010 e 2016 demonstram uma considerável elevação em todos os setores.

Município / Sector		Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração
Goiana	2010	97.319	270.369	254.477	191.350
	2016	183.292	2.082.819	1.190.164	316.185
Itambé	2000	47.116	12.914	59.636	80.672
	2010	65.728	23.663	199.268	134.406
Nazaré da Mata	2000	26.158	44.567	72.170	70.166
	2010	44.592	98.228	160.910	122.924
Tracunhaé	2000	29.535	3.046	14.725	30.496
	2010	15.808	5.141	27.472	51.159
Vicência	2000	65.317	23.334	44.351	72.032
	2010	133.739	33.942	85.890	126.327

Organizado por Vilarin, 2019. Fonte: IBGE

Os dados revelam que as economias tiveram um elevado incremento em seus PIBs municipais, salientando o caráter regional da política estatal aplicada à Goiana. Municípios como Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência, que não fazem fronteira com Goiana, vivenciaram um impacto em todos os seus setores. Por conta disso, o PIB industrial do município sofreu um acréscimo de R\$1.812.450 reais e o PIB de serviços cresceu R\$935.687, em seis anos. O setor agropecuário cresceu em 188,3%. Também houve incremento na agropecuária nos demais municípios, com exceção de Tracunhaém, que viu sua economia encolher em 53,5%.

Após a consolidação desses empreendimentos houve modificações socioespaciais de toda ordem, desde mudanças no perfil da população e na economia, até impactos ambientais, mostrando que essa reestruturação tem impactado e impactará ainda mais as condições de vida dos habitantes da região e demandará um reforço em suas políticas públicas.

Ressaltamos aqui como consequência do crescimento exponencial de estados do Sudeste e Sul do país na **produção de cana-de-açúcar** desde o início dos anos 2000, Pernambuco, que figurava entre os maiores produtores do país, perde espaço no cenário comercial e competitivo da agroindústria canavieira, tendo como consequência o **fechamento de muitas usinas**. Além da produção ter migrado para outras regiões, o processo de reestruturação produtiva fez com que muitos usineiros migrassem de setor, indo para a

produção pecuária ou investindo nas terras para fins imobiliários.

Relacionando o **processo de industrialização** com o suposto período de **recessão da indústria sucroalcooleira**, buscamos analisar como o processo de reestruturação das bases produtivas impactou o espaço agrário e a vida das mulheres rurais, a partir da comparação dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017.

Além do aumento considerável do PIB, outro aspecto interessante é o **crescimento do setor imobiliário na região**<sup>3</sup>, tendo Goiana vivenciado um boom em 2011 com o anúncio da instalação da Fiat. Rapidamente sete empreendimentos imobiliários direcionados para o público com renda de média a alta, tiveram suas construções anunciadas, somando 20.747 novas unidades habitacionais. A maior parte das obras assinadas por tradicionais construtoras e empreiteiras do estado, algumas em consórcio com grupo de antigos usineiros, o que aponta que os latifundiários da região também direcionaram seus olhares para o setor imobiliário, concentrando a terra agora de outra maneira.

Pegando esse gancho dos usos da terra, em valores absolutos, o **número de estabelecimentos** na comparação 2006 – 2017 cresce pouco ao longo dos 11 anos de intervalo da pesquisa, representando um aumento no número geral de toda a região de 500 estabelecimentos, pouco mais de 4% em


3. Para maiores informações, consultar o documento Interiorização dos investimentos e expansão imobiliária na era da financeirização: o caso de Goiana – PE, disponível em nossa bibliografia.



comparação ao primeiro ano. Já o número de hectares diminuiu em valores totais 39.535 hectares também para toda a região, pouco mais de 17% a menos que em 2006.

Na região da Mata Norte, uma saída para a derrocada do setor, foi se unir na modalidade cooperativa - juntando a administração de algumas usinas - para administrar algumas áreas de produção, compra e moagem de cana. Outra técnica que se tornou recorrente foi o arrendamento das áreas de produção nos assentamentos de reforma agrária e a contratação de pessoal apenas para o período de corte. Falaremos mais adiante da produção de cana-de-açúcar e seus impactos na vida da população rural, a questão aqui é entender se com o fechamento das usinas e mais terras disponíveis, houve algum avanço na distribuição de terras na região.

**Estructura Fundiária**




	Establecimientos agropecuários	
	2006	2017
Goiana	332	<b>1.546</b>
Nazaré da Mata	505	389
Tracunhaém	283	242
Vicência	896	768



En 10 años el número de establecimientos agropecuarios creció 180% en Goiana

**Hectares Ocupados**



	2006	2017
	Goiana	31.316
Nazaré da Mata	8.861	10.323
Tracunhaém	3.696	9.830
Vicência	18.743	16.908




Considerando que el número de establecimientos agropecuarios en Nazaré Da Mata e Tracunhaém disminuyó en 10 años e que el número de hectareas aumentó, temos nestes díos municípios o auemnto da concentração de terras.

Em Goiana houve um aumento significativo do número de estabelecimentos agropecuários, sendo 180% a mais que em 2006, ao passo que o número de hectares teve uma queda considerável de quase 7.000 hectares. Tal número nos coloca como possibilidade o crescimento de estabelecimentos para fins de loteamento, seguindo a lógica do crescimento imobiliário destacado anteriormente. Para os demais municípios houve uma queda do número de estabelecimentos agropecuários e em Nazaré da Mata e Tracunhaém, há um aumento do número de hectares, o que torna a terra mais concentrada. Para estes municípios temos uma maior incidência de pequenas propriedades - medindo até 10 hectares, produzindo lavoura temporária e pecuária, apesar desta segunda atividade ter perdido espaço considerável em alguns municípios na variação 2006 - 2017.

Quando colocamos gênero em destaque, temos como resultado um relativo aumento no número de propriedades em nome das mulheres, ficando em torno de 20% de crescimento no comparativo, com exceção do município de Tracunhaém em que o aumento foi de pouco mais de 3%.

Também outro ponto que merece destaque é o tamanho das propriedades, que em sua maioria são pequenas, não passando de 10 hectares.

**Propriedades em nome das mulheres**



	2006	2017
Goiana	12,5%	31,6%
Nazaré da Mata	11,7%	32,8%
Tracunhaém	18%	21,3%
Vicência	11,6%	29,9%

**Tamanho das propriedades em nome das mulheres**

Goiana 45% das mulheres tem propriedades de ATÉ 0,1 ha.

Nazaré 35% das mulheres tem

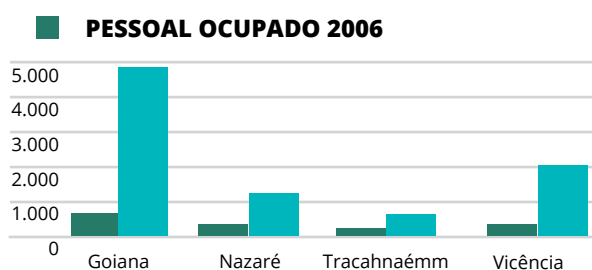
Vicência 34% das mulheres tem propriedades de menos 0,1 ha.

Tracunhaém 44% das mulheres tem.

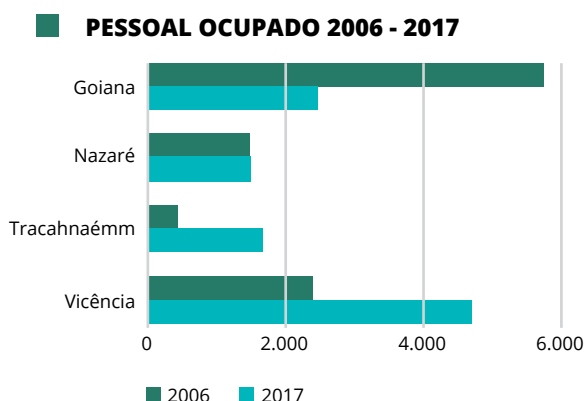


Propriedades de 5 a menos 10 ha

**Em linhas gerais, apesar do aumento do número de estabelecimentos com mulheres produtoras em parte dos municípios estudados, a situação permanece aquém do esperado neste aspecto. A discrepância de gênero transmite a ineficiência da atuação das gestões públicas no intervalo de 10 anos no tocante ao** direito das mulheres à terra e, conseqüentemente, percebemos que nem a reforma agrária, nem as políticas públicas contribuíram para garantir a autonomia e independência em relação aos homens, visto que a maior parte das terras está nas mãos deles, o que tem como consequência a dependência financeira das mulheres.

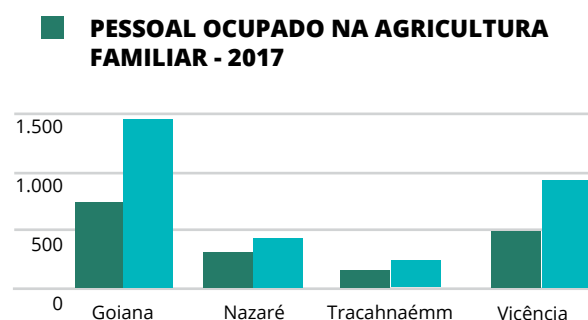


Nesse contexto, também é interessante pensar o percentual de **mulheres ocupadas em estabelecimentos agropecuários**. Em 2016 o Censo não disponibilizou o tipo de vínculo (com ou sem parentesco), divulgando apenas valores gerais para sexo. Conforme percebemos o quantitativo de mulheres (barra rosa) é muito inferior ao de homens (barra cinza), sendo o valor mais alto o de Goiana, que a diferença é de quase oito homens (7,4) para uma mulher empregada, e o valor mais baixo o de Tracunhaém em que a diferença é de 4 homens para uma mulher.



Somando os dados do total de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, sem distinção de sexo ou vínculo, no comparativo de 2006 - 2017, vemos que Goiana tem uma queda de aproximadamente 54%.

Nazaré ao longo do intervalo não teve mudanças consideráveis. Tracunhaém teve um aumento de 124% e Vicência de 103%, como são números gerais, mesmo considerando a produção familiar, também associamos o crescimento com a produção de cana-de-açúcar que continua na região e a produção de banana nos moldes da agricultura convencional.



Enquanto o Censo 2006 só traz dados gerais de pessoal ocupado por sexo, o de 2017 só categoriza desta forma quem está **ocupado na agricultura familiar** (com vínculo de parentesco com o produtor), por isso nossa análise também terá essa formatação.

Mesmo fazendo o recorte de vínculo e dos homens serem a maioria, conseguimos identificar **algum avanço no quantitativo de mulheres**, diminuindo um pouco a discrepância de gênero nesse cenário.

Ainda sobre pessoal ocupado, usando os números de pessoas sem grau de parentesco com o produtor permanentes ou temporários, destacamos que os municípios de Tracunhaém e Vicência tem os maiores números, sendo 1119 pessoas no primeiro município e 3.197 no segundo. Sobre Vicência é importante destacar que **cresceu o número de trabalhadores temporários** que somam 2.360 pessoas.

O número elevado de trabalhadores temporários, sobretudo em lavouras permanentes, pode

ser pensado a partir do aumento das áreas ocupadas pelos estabelecimentos, bem como sua mecanização, como vimos nos dados de 2017 já comentados acima. Tais trabalhadores são contratados nos períodos de colheita e depois dispensados, ficando os trabalhadores permanentes responsáveis pela parte da manutenção das culturas.

Conforme construímos um panorama sobre o cenário rural e percebemos algumas modificações, torna-se importante refletir sobre a utilização das terras no período estudado já que uma dos indicativos do processo de industrialização e reestruturação das bases produtivas era diminuir a dependência em múltiplos níveis da agroindústria canavieira.

Utilização da Terra por lavouras (área e unidade de estabelecimento)



	Hectares - total		Lavoura Temporária (est.)		Lavoura Permanente (est.)		Lavoura Temporária (hectares)		Lavoura Permanente (hectares)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Goiana	31.316	24.385	383	685	202	493	19.029	20.998	917	614
Nazaré da Mata	8.861	10.323	431	352	187	21	4.469	4.552	561	599
Tracunhaé	3.696	9.830	192	198	34	20	2.126	6.013	87	566
Vicência	18.743	16.908	523	544	50	504	14.045	9.187	377	1.884

Dados: Censo Agropecuário - IBGE.

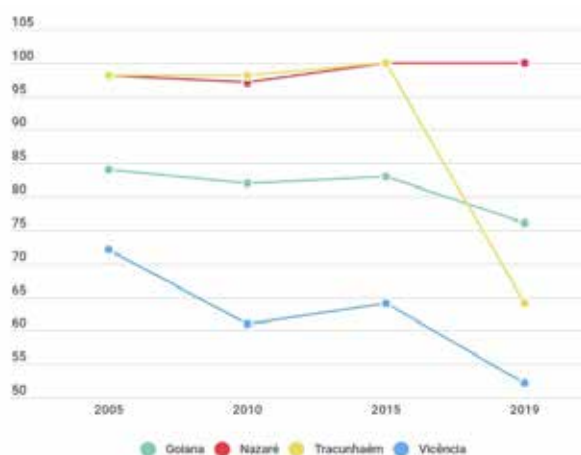
A **lavoura permanente**, a saber, culturas de longa duração, que viabilizam várias colheitas sem necessidade de novos plantios, ocupam menor espaço nos municípios estudados e a maior parte da terra está ocupada pelas **lavouras temporárias** - plantio de culturas de curta duração (na maioria das vezes menor que um ano) e que necessitam de novo plantio depois da colheita. Ao maior número deste tipo de uso, associamos o histórico da região de produção de cana-de-açúcar em regime de monocultivo.

De acordo com os dados levantados, em números gerais aumentaram os números ocupados tanto com lavoura permanente, como temporária. Quando analisamos os dados a partir dos municípios, vemos que houve uma crescente no

número de hectares produzindo lavoura temporária em Goiana, Nazaré da Mata e Tracunhaém, sendo o último o valor que mais se destaca, tendo um aumento de 182% em relação ao Censo anterior.

Confrontando o número de estabelecimentos e os hectares ocupados por eles, temos uma média do tamanho das propriedades produzindo na lavoura temporária e permanente. Para esta última, os tamanhos das propriedades variam de 10 a 40 hectares em 2006 e 12 a 30 hectares em 2017, confirmando o que já anteriormente havíamos apontado: a produção é majoritariamente de cana-de-açúcar e feita em propriedades muito maiores que as ocupadas com lavoura permanente, que variavam de 3 a 7 hectares em 2006 e 1 e 3,7 em 2017.

### CANA DE AÇÚCAR NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 2005 - 2019



Detalhando os dados da produção agrícola municipal, a cana-de-açúcar correspondeu, em 2019, por mais de 75% da produção agrícola de Goiana, mais de 90% da produção de Nazaré da Mata, mais de 95% da produção de Tracunhaém e mais de 50% da produção de Vicência. Apesar de Goiana e Vicência demonstrarem um leve declínio na produção em relação a anos anteriores, vemos que a cana-de-açúcar continua sendo o principal produto agrícola destes municípios.

Esses números se devem a uma lógica que se amplia e envolve parte importante dos agricultores familiares locais que têm atrelado a sua produção à demanda das usinas de açúcar da região, o que mina a produção de produtos de primeira necessidade e característicos da agricultura familiar. Isso vem acontecendo por uma série de fatores que indicam as dificuldades que a mulher e o homem do campo encontram para se reproduzirem socialmente, tais como: (a) pouco incentivo à agricultura familiar, especialmente a orgânica e agroecológica; (b) dificuldade de escoamento da produção; (c) sucateamento das políticas de fomento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (d) os interesses dos usineiros que se beneficiam com a compra da produção das pequenas propriedades e com arrendamentos; (e) os interesses dos agentes de especulação imobiliária, especialmente em Goiana; dentre outras.

Detalhando os dados da produção agrícola municipal, a cana-de-açúcar correspondeu, em 2019, por mais de 75% da produção agrícola de Goiana, mais de 90% da produção de Nazaré da Mata, mais de 95% da produção de Tracunhaém e mais de 50% da produção de Vicência. Apesar de Goiana e Vicência demonstrarem um leve declínio na produção em relação a anos anteriores, vemos que a cana-de-açúcar continua sendo o principal produto agrícola destes municípios.

Esses números se devem a uma lógica que se amplia e envolve parte importante dos agricultores familiares locais que têm atrelado a sua produção à demanda das usinas de açúcar da região, o que mina a produção de produtos de primeira necessidade e característicos da agricultura familiar. Isso vem acontecendo por uma série de fatores que indicam as dificuldades que a mulher e o homem do campo encontram para se reproduzirem socialmente, tais como: (a) pouco incentivo à agricultura familiar, especialmente a orgânica e agroecológica; (b) dificuldade de escoamento da produção; (c) sucateamento das políticas de fomento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (d) os interesses dos usineiros que se beneficiam com a compra da produção das pequenas propriedades e com arrendamentos; (e) os interesses dos agentes de especulação imobiliária, especialmente em Goiana; dentre outras.





### 3. PENSANDO OS DADOS A PARTIR DE DIÁLOGOS NOS TERRITÓRIOS

Em um espaço de tempo de pouco mais de uma década, os municípios da Zona da Mata Norte de Pernambuco sofreram incremento em diversos setores econômicos, devido à reestruturação econômica centrada, especialmente, em Goiana. Outras cidades do entorno, como Nazaré da Mata passaram por um intenso processo de industrialização. Por conta da instalação das fábricas e a criação de polos, a constituição populacional dos municípios foi alterada, resultando em acréscimos, tendo em Goiana, o caso mais relevante.

Especificamente em relação a paridade de gênero no meio rural, percebe-se um pequeno aumento na participação das mulheres, porém a concentração da terra permanece entre os homens, o que relega à mulher a dependência financeira em relação aos seus companheiros.

Para além dos números trazidos nos Censos, em vários diálogos realizados pelo Espaço Feminista com as mulheres locais - agricultoras, pescadoras artesanais e quilombolas - na centralidade do debate aparece a produção canavieira e suas imbricações na estrutura fundiária e social da região, sobretudo no destaque dado pelas mulheres no tocante a produção que se consolidou em áreas de reforma agrária, colocando também a questão de gênero neste cenário, posto que às mulheres fica relegado o trabalho não remunerado ou mal remunerado, em que o plantio da cana-de-açúcar segue gerando dependência e reforçando desigualdades, além de socioeconômicas, de gênero.

Ainda em relação à produção de cana-de-açúcar nas áreas dos assentamentos, identificamos, a partir dos relatos, que surge uma nova figura nessa relação de dependência: o atravessador da cana-de-açúcar produzida pelas comunidades e vendida às usinas locais. Nos foi descrito que a negociação é realizada por um membro da própria comunidade —no geral homem— que combina um valor pelo volume produzido, recebendo a quantia por parte da usina e repassando um valor bem menor ao produtor da comunidade. O valor— que já é abaixo do mercado e da negociação entre produtor e usineiro—acaba sendo ainda mais reduzido, quando a produção é realizada por mulheres. Essa nova dinâmica confirma ainda mais o quadro de dependência, posto que os atravessadores da cana-de-açúcar comandam todo o esquema de venda às usinas, ficando os produtores subordinados à combinação e preço indicados pelos atravessadores.

Outra questão essencial colocada pelas mulheres, foi o impacto na produção e na alimentação das famílias, não só das mulheres agricultoras, mas também as pesqueiras. Os impactos sentidos a partir da implementação dos grandes projetos, reforçam a necessidade da efetivação de políticas públicas que garantam o pleno desenvolvimento da agricultura familiar e da pesca artesanal e garantam a soberania alimentar dessas comunidades.

*“Antigamente nesse período eu tava pescando um tipo de peixe, agora só tem manjubinha<sup>4</sup>, aí a gente*

4. Anchoviella lepidentostole um tipo pequeno e barato de peixe.

*pesca, vende e o dinheiro não dá pra comprar nem uma charque. E os peixes da época sumiram por causa dessa água suja que as indústrias vão jogando no rio.”* Angela.

Muitas das participantes, a partir de suas localidades, colocam que tem percebido um avanço da produção de cana, desde a chegada dos empreendimentos. Em boa parte das comunidades, onde antes havia produção de alimentos, hoje há produção de cana. Outro aspecto que necessita destaque é a deficiência no acesso a políticas públicas como PAA, PNAE e assistência técnica que oriente a produção. Além disso, outro ponto deficitário colocado por elas é o escoamento da produção e sua comercialização, pois muitos produtores locais deixaram de produzir gêneros alimentícios por conta da dificuldade e falta de recursos que garantam a venda de seus produtos.

*“É muito difícil você ter terra pra produzir e não conseguir por que não tem dinheiro e nem água, enquanto você passa nos engenhos a água jorrando por cima das canas...”* Pamela

*“Aqui em Tracunhaém mesmo a gente não tem mais acesso a PAA e nem a PNAE, não tem um dinheiro público pra construir um poço, uma cisterna enquanto os usineiros tudo rico recebendo financiamento pra produzir. A gente podendo produzir comida, tem que se sujeitar a cana pra poder ter o dinheiro pra viver. E nem é muito, mas é certo.”* Ana Paula

*“A maioria das terras foram arrendadas, não tem como produzir. A prefeitura parou de incentivar projetos como PAA e PNAE e até o beneficiamento de mandioca que foi feito durante um período. Resta pro povo do campo vender as terras e tentar a vida na cidade ou voltar a produzir cana-de-açúcar para vender às usinas”* M. Agricultura, liderança na luta pela terra em Tracunhaém.

Com o avanço dos projetos de desenvolvimento na região, a mão de obra local é absorvida apenas na fase da construção dos empreendimentos, depois à população local fica relegado aos subempregos disponíveis. Muitos optam por não produzir alimentos em suas terras, arrendando-a para as usinas, pois o valor garante um período certo de alimentação para a família e os que produzem em suas terras, optam

pela produção canavieira, pois a renda mais segura se encontra na venda de cana-de-açúcar.

*“As obras empregaram o pessoal daqui só no momento da construção, depois o desemprego voltou a acontecer, até porque as pessoas que trabalham na Hemobrás e na Fiat vêm de fora do município, para nós ficam os sub-empregos”* N. Liderança local de Nazaré da Mata.

No tange as áreas de pesca, ressalta-se a extinção de alguns frutos do mar outrora abundantes nas localidades, muito pelo avanço da poluição nas águas, agrotóxico da produção sucroalcooleira e rejeito das indústrias locais que colocam seus resíduos em áreas de nascente. Também foi colocada a presença da cana-de-açúcar em áreas de preservação ambiental e próxima às áreas de estuário e manguezal.

*“Eu não acho que essas indústrias melhoraram em nada a vida da gente. As águas agora tão tudo mais poluídas, a forma de pescar da gente sofreu impacto e os peixes e mariscos que a gente vendia, não tem a mesma qualidade. Minha filha agora trabalha na fábrica da Itaipava recebendo nota. Acabou sendo o serviço mais certo, por que no rio que eu tinha mais ou menos noção de quanto eu ganhava dependendo do mês, eu não consigo mais ter. Então meu dinheiro na pesca é incerto. Pelo menos na fábrica ela ganha dinheiro e paga as contas, mas se afastou do rio.”* Miriam

Apesar de estarmos falando de uma área abundante em recursos hídricos, a deficiência no acesso e abastecimento de água nas comunidades também foi uma realidade narrada pela grande parte das mulheres. Falta água para serviços essenciais e cuidado com a família e também para produção.

*“Vem o povo do governo perto de eleição ver área pra cavar poço, traz máquina, geólogo, tudo que precisa. Vê um lugar, não tem como cavar e vão embora. Aqui eu tenho poço porque peguei um empréstimo e mandei cavar. 30 metros e eu já tenho água, agora não dá pra usar em casa e produzir. Tem que escolher. Por isso meu marido tá plantando cana lá em cima, porque, querendo ou não é R\$ 400, R\$ 500, certo no dinheiro da gente.”*

*“A prefeitura até manda carro pipa se a gente for lá pedir, mas não já sabem da nossa situação? Por que não resolve? Tem dinheiro pra fábrica, pra obra na pista e não tem dinheiro pra ajudar o pobre com um negócio básico que é água. Eu recebo carro pipa, 5 mil litros de água e não tenho noção de quando vem de novo. Eu vou gastar essa água molhando planta? Não vou. Vou usar pra dentro de casa.” Vivi.*

Os dados oficiais e o relato das mulheres dos territórios estudados nos confirmam que o desenvolvimento e progresso prometidos a partir do Pólo Industrial são uma falácia para população rural, a dependência em relação ao setor sucroalcooleiro não diminuiu—foi reconfigurada— e o modus operandi do latifúndio da região segue sendo implementado. O espaço agrário da região segue subserviente ao capital e a lógica degradante da indústria sucroalcooleira, a estrutura fundiária segue desigual e há uma ampliação da renda da terra na região, posto os preços estarem elevados graças às demandas do setor imobiliário.

Ao contrário do que afirma a lógica capitalista quando coloca o desenvolvimentismo<sup>5</sup> como meio e estratégia para superar desafios sociais e econômicos, mulheres rurais vivenciam um processo de des-envolvimento quando não são inseridas nos arranjos produtivos, quando tem mais dificuldade de reproduzir seu modo de vida a partir do acesso à políticas públicas, crédito e água.

Em vista disso, estudos e análises que exponham as disparidades de gênero e consigam servir de base para a construção e implementação de políticas públicas para as mulheres da agricultura familiar e, assim, alcançar um desenvolvimento equitativo e inclusivo.



## 4. MULHERES RURAIS EM CENÁRIOS DE CRISE

### Conexões entre a pandemia de Covid – 19 e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Em 11 de março de 2020, a OMS – Organização Mundial da Saúde declarou a disseminação do novo coronavírus, caracterizando-a como uma pandemia em virtude da acelerada transmissão do vírus em escala mundial.

No Brasil, a pandemia do novo coronavírus chega em um momento de estagnação econômica, desmonte dos sistemas de saúde e proteção social, paralisação significativa dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, aumento

5. Termo usado por vários autores das Ciências Humanas. Aqui adotamos a explicação de Carlos Valter Porto-Gonçalves em que Des-envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, através de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como os novos cercamentos das terras e dos recursos naturais, ou melhor, a privatização das terras e dos recursos de uso comum (PORTO-GONÇALVES, 2006)

acelerado da pobreza e, em específico, da extrema pobreza. Como a pobreza e a fome são intimamente correlacionados, isto contribui ainda mais para que o Brasil se aprofunde em uma situação de vulnerabilidade de ordem sanitária e nutricional.

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), publicado em abril de 2021, mostra que, em 2020, a Insegurança Alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004. Os dados evidenciam um retrocesso de 15 anos em apenas cinco. Nesse período, foram significativamente anulados os resultados exitosos obtidos entre 2004 e 2013 no que se refere à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.



**O TAMANHO DA FOME NO BRASIL**

**116,8 MILHÕES** é a quantidade de pessoas em insegurança alimentar no Brasil o número corresponde a mais de duas vezes a população da Argentina.

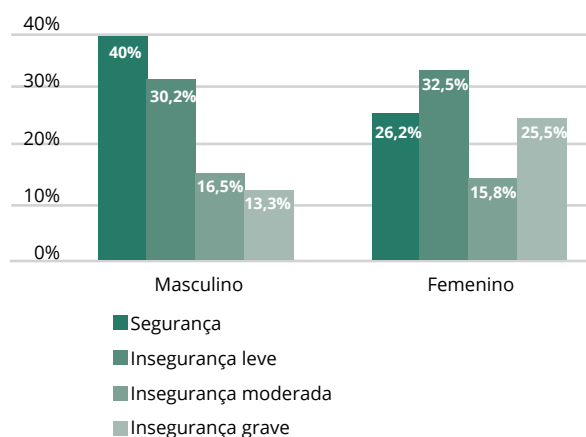
Tais percentuais tornam-se ainda mais expressivos a partir do cruzamento com condições individuais, porém estruturadas socialmente, que afetam negativamente a situação de segurança alimentar, lançando luz sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e sobre as condições precárias de vida a que está submetida parcela imensa da população brasileira – em especial a população negra, mulheres, crianças e idosos, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Pode-se observar que as diferenças de gênero, raça ou cor, perfil domiciliar, contextos regionais, territoriais e de renda são marcadores que influenciam a maior ou menor incidência de insegurança alimentar nos domicílios. Dessa forma, vê-se que os percentuais de insegurança alimentar se apresentam mais altos em domicílios com única/o responsável (66,3%), sendo ainda mais acentuada nos casos em que a responsável

é mulher (73,8%) ou pessoa de raça ou cor parda (67,8%) e preta (66,8%).

Em cerca de 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5%.

**PROPORÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NOS DOMICÍLIOS DAS/OS ENTREVISTADAS/DOS CONFORME SEXO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, EM CASOS DE ÚNICO RESPONSÁVEL, 2020**



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 172 não responderam a 7 não souberam informar questões sobre os responsáveis pelo domicílio.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro recorte que merece destaque é que a fome vem acompanhada de muitas outras carências, destacadamente a falta de água. Segundo a pesquisa, a proporção de domicílios rurais com habitantes em situação de fome dobra quando não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos (de 21,8% para 44,2%).

**75,2% ÁREAS RURALES**

**A INSEGURANÇA ALIMENTAR É MAIOR NOS DOMICÍLIOS EM ÁREAS RURAIS DO QUE EM ÁREAS URBANAS**

**55,7% ÁREAS URBANAS**



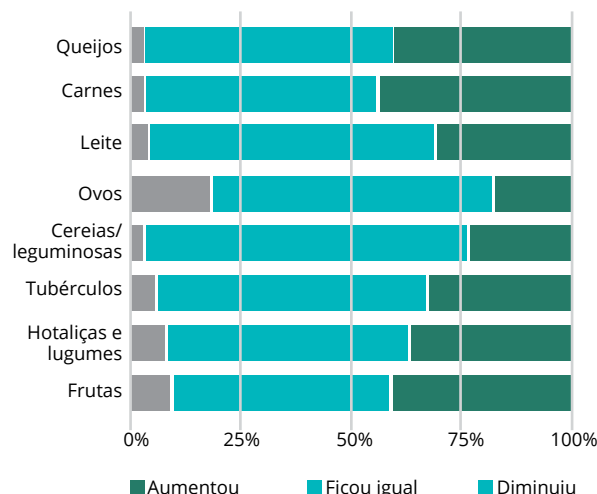
Além disso, a crise política e o novo plano de governo extremamente aliado ao agronegócio afetaram a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas e programas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressam no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O enfraquecimento destas políticas, reconhecidas internacionalmente como ações exitosas para erradicação da fome e que foram essenciais para a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO em 2014, dificulta que os indivíduos mais pobres tenham acesso a alimentos. Em 2018, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>6</sup> já mostravam que pessoas em extrema pobreza somavam um total de 13,5 milhões, em uma escala ascendente desde 2015. Além disso, o encarecimento de itens básicos à alimentação acentuou as desigualdades alimentares, sobretudo quanto ao acesso a alimentos saudáveis de forma regular e em quantidade e qualidade suficientes<sup>7</sup>.

Nesse sentido, a pesquisa *Efeitos da Pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil*<sup>8</sup>, coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy) reforça os dados analisados no Inquérito Nacional ao destacar mudanças no perfil alimentar mundial e suas consequências para a saúde.

Agregado ao comprometimento em relação à suficiência alimentar, há o aumento do percentual de comprometimento do consumo de alimentos saudáveis em lares com algum grau de insegurança alimentar, além da pouca diversidade dos alimentos

### PROPORÇÃO DA ALTERAÇÃO NO CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS POR ADULTOS DURENTE A PANDEMIA, 2020



em consumo diário e doméstico, o que impacta diretamente na saúde dos indivíduos e contribui para o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis, como a hipertensão e diabetes.

Essas ponderações são extremamente necessárias para refletir acerca da soberania e segurança alimentar, uma vez que uma densa camada da população brasileira não tem acesso à alimentação digna nutricionalmente, tendo seu perfil alimentar marcado pelo consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados<sup>10</sup>, de baixo custo e ínfimo valor nutritivo.

Sem garantia de soberania alimentar, o veneno está na mesa. Agrotóxicos utilizados nas plantações brasileiras, transgênicos plantados em nosso solo e da água imprópria para consumo é que compõem a dieta dessa extensa parcela populacional.

Por fim, cabe o questionamento sobre as causas estruturais da pandemia em curso e sua ligação com soberania e segurança alimentar. Apontar

6 Fonte: Síntese de Indicadores Sociais-2019.

7. Dados extraídos do Portal de notícias da Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/ibge-inflacao-de-2020-tem-alta-de-452-maior-desde-2016>. Acesso em: 05 de março de 2021.

8. "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil." Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/refubium-29554|ISBN: 978-3-96110-370-6. Disponível em: [https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP\\_%234\\_final\\_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y)

9. O Ministério da Saúde traçou o perfil do brasileiro em relação as doenças crônicas mais incidentes no país: 7,4% tem diabetes, 24,5% tem hipertensão e 20,3% estão obesos. É o que aponta a pesquisa Vigitel 2019 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico)

10. Guia alimentar para a população brasileira / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. - 2. ed. - Brasília : ministério da saúde, 2014.

genericamente a 'degradação ambiental' é o fator principal para o aumento das ocorrências de epidemias e pandemias virais nas últimas décadas invisibilizando as reais causas, sobretudo em países com a economia dependente como os que geopoliticamente compõem a América Latina e Caribe.

A atual crise político, econômica, sanitária e alimentar está diretamente relacionada ao modelo mundial de produção agroalimentar das grandes corporações do agronegócio capital intensivo, que visa mais à reprodução do capital do que propriamente a oferta de alimento<sup>11</sup>.



## 5. MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – ARTICULAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA FOME

### Ações emergenciais na pandemia de Covid-19 e de fortalecimento da agricultura familiar e garantia de soberania alimentar

Os impactos mundiais da pandemia, assim como a realidade de desigualdades evidenciadas nessa conjuntura, incitam ainda mais a sociedade à reflexão sobre os paradigmas nos quais se constroem as relações de gênero que se refletem e são refletidas nas relações sociais, políticas e econômicas, assim como na interação do ser humano com a natureza.

Considerando o panorama político desfavorável para as mulheres no cenário rural, conforme abordado no primeiro bloco, a atuação dos movimentos sociais, sejam urbanos ou rurais, e de organizações da sociedade civil tem sido fundamental na construção de processos que superem esta crise, viabilizando respostas imediatas e emergenciais diante da ausência de políticas públicas assistenciais suficientes. E que, para além disso, sejam capazes de imprimir outras estruturas sociais como um efetivo desenvolvimento que

11. LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020.

contemple todos os povos em suas diversidades. É nesse contexto que, em toda a extensão nacional, surgiram campanhas e articulações de movimentos populares do campo e da cidade, centros de pesquisa, igrejas e ONGs e sindicatos para atuar de forma coletiva desenvolvendo ações emergenciais de enfrentamento à fome, à miséria e à violência na pandemia de Covid-19<sup>12</sup>.

Em Pernambuco, ações de parceria entre campo e cidade na construção de uma solidariedade entre assentamentos produtivos de agricultoras rurais e comunidades urbanas periféricas que são as que mais sofrem os impactos econômicos da pandemia tem sido de extrema importância, como é o caso da campanha “Unindo o Urbano ao Rural – Ação Covid 19”<sup>13</sup>. Articulada pelo Espaço Feminista essa ação teve o apoio significativo da iniciativa privada, o que possibilitou a compra de parte da produção das agricultoras rurais.

Ao passo que se garantiu e ainda vem garantindo o abastecimento de comunidades urbanas periféricas mais vulneráveis com alimentos oriundos de sistemas produtivos familiar e sem o uso de defensivos químicos, também se apresentou alternativa para parte das mulheres rurais que estavam com dificuldades em escoar e comercializar a produção por conta do isolamento imposto, e, em consequência, com falta de recursos financeiros para o próprio sustento. Nesse momento, essa rede de solidariedade entre campo e cidade, tem sido fundamental para a continuidade da produção agrícola para geração de renda e sustento da família de várias agricultoras e agricultores.

É de se destacar, ainda, a ação dos movimentos sociais camponeses, em especial a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, que numa articulação de várias ações e parcerias, foi um dos cinco escolhidos entre centenas de organizações e indivíduos que lutam por justiça social, para receber o prêmio Esther Busser Memorial Prize, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da ONU<sup>14</sup>.

Só em Pernambuco, até outubro de 2021, foram doados mais de 890 toneladas de alimentos e mais de 650 mil marmitas foram distribuídas. O que foi possível a partir da soma dos esforços das agricultoras e agricultores, que tiveram a continuidade de sua produção garantida, dos Armazéns do Campo, sua campanha Mãos Solidárias<sup>15</sup> e os projetos Marmitas Solidárias e Roçado Solidário. Além da organização e a distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua, foram construídas Hortas Populares Agroecológicas em todo o país.

As ações de solidariedade dos movimentos sociais evidenciam a centralidade da reforma agrária e agricultura familiar para a garantia da produção de alimentos e do combate à fome. Alimentos como macaxeira, café, farinha, hortaliças, verduras, batata-doce, jerimum, frutas, ovos são uma parte da diversidade e riqueza alimentar desses espaços de cultivo e produção.

Ações emergenciais pela vida, que amenizam a fome no presente, abrem possibilidades de imprimir outras estruturas sociais com um efetivo desenvolvimento que contemple todos os povos em suas diversidades.

12. A Campanha “Se Tem Gente Com Fome, Dá de Comer” e “Periferia Viva” são exemplos.

13. <https://landportal.org/pt/blog-post/2021/02/mulheres-em-pernambuco-constroem-rede-solid%C3%A1ria-para-prote%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-vida-e-garantia-da>

14. <https://mst.org.br/2021/10/20/mst-recebe-premio-de-justica-social-da-onu-pela-atuacao-na-defesa-da-classe-trabalhadora-no-brasil/>

15. <https://www.campanhamaossolidarias.org>

## ■ RECOMENDAÇÕES

Pensando em somar esforços na luta pela equidade e justiça de gênero e compreendendo a importância e a emergência em estabelecer políticas públicas que garantam o pleno acesso das mulheres rurais às condições de reprodução do seu modo de vida e pensando saídas também para o enfrentamento às mazelas durante e pós-pandemia, finalizamos esse documento com algumas recomendações e reafirmações às esferas governamentais, aos institutos nacionais de pesquisa de dados, aos movimentos sociais e sociedade civil como um todo.

- Todas as análises e pesquisas feitas por entidades nacionais precisam colocar o recorte de gênero enquanto categoria de análise, pois somente conhecendo os números da desigualdade é que políticas públicas serão formuladas e/ou efetivadas;
- Realização de uma reforma agrária ampla, massiva e popular com igualdade de gênero nos mais de 180 milhões de hectares improdutivos do Brasil conforme garante nossa lei fundiária;
- Recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e retomada efetiva de políticas como PAA e PNAE, priorizando a compra da produção de mulheres representantes das famílias agricultoras;
- Combate aos latifúndios e monocultivos de produção de commodities, Ampla difusão da agroecologia e garantia de assistência técnica especializada para a agricultura familiar;
- Garantir a titularidade da terra de posseiros em nome das mulheres;
- Interrupção de todos os despejos e reintegrações de posse, coletivos e individuais, em áreas rurais e terrenos urbanos (inclusive os que acontecem por falta de aluguel), que atentam contra o direito à terra e ao território dos (as) agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população urbana;
- Promover uma política de proteção de direitos sexuais e direitos reprodutivos nas áreas rurais do país e garantir proteção e atendimento psicossocial para mulheres vítimas de violência doméstica no contexto rural;
- Considerar a proposta de implementação imediata de uma Política de Renda Básica de emergência durante a pandemia do coronavírus, que considere sobretudo a vulnerabilidade econômica das mulheres que chefiam lares;
- Isenção do pagamento de contas de luz, gás e água durante os meses de quarentena, bem como a proibição de cortes por falta de pagamento para a população em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Liberar pagamento do Garantia-Safra a todos (as) os(as) agricultores(as) familiares que aderiram ao programa dos municípios em estado de emergência;
- Assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nos assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e de povos e comunidades tradicionais, para orientar como prevenir a contaminação por coronavírus;
- Determinar período de defeso para os meses de março, abril e junho, com pagamento do seguro-desemprego ao pescador e pescadora artesanal, que tem na pesca seu principal meio de vida
- Garantia de assistência Técnica voltada para a produção agroecológica com ênfase no trabalho com mulheres e jovens;
- Subsídio à aquisição de equipamentos pela Agricultura Familiar agroecológica incluindo mulheres e jovens;
- Necessidade de legislação e normatizações fiscais e sanitárias, voltadas à realidade da Agricultura Familiar agroecológica;
- Apoio econômico aos Bancos Comunitários de Sementes e para a produção de sementes pela Agricultura Familiar Agroecológica



## REFERÊNCIAS

AUTOMOTIVE BUSINESS, 2017. Fábrica da Fiat Chrysler em Goiana completa 2 anos. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/25715/fabrica-da-fiat-chrysler-em-goiana-completa-2-anos>>.

DEERE, Carmen. “Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº18, pp. 112-146, 2002

DEERE, Carmen. “Gênero, reforma agrária e contra reforma agrária na América Latina”. In FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria; NOBRE, Miriam (Orgs.) *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo: SOF, 2000, pp. 87 - 102

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: Ministério da Economia/IBGE, 2019a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020. \_\_\_\_.

Censo Agropecuário 2017. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 20 jan. 2020. \_\_\_\_.  
Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2009.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário - Relatório de Violência contra os povos indígenas, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>

Frozi DS. Apresentação: Conexões entre a pandemia da Covid-19 e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Segur. Aliment. Nutr.* [Internet]. 4º de março de 2021 [citado 2º de julho de 2021];28(00):e021001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8664853>

Galindo, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” *Food for Justice Working Paper Series*, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/refubium-29554 ISBN: 978-3-96110-370-6. Disponível em: [https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP\\_%234\\_final\\_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y)

Guia alimentar para a população brasileira / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: ministério da saúde, 2014. Disponível: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)

IBGE, 2006. Censo Agropecuário 2006 – Resultados definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006>>

IBGE, 2017. Censo Agropecuário 2017 – Resultados definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>

IBGE, 2020. - Dimensionamento emergencial de população residente em áreas indígenas e quilombolas para ações de enfrentamento à pandemia provocada pelo Coronavírus : 2020 : subsídios para o Ministério da Saúde visando ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101859>

IPEA, 2005. Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil - (série 1995 - 2005) Disponível em: [www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_pobreza\\_distribuicao\\_desigualdade\\_renda.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html)

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1–30, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.10861. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10861>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAFORT, Kelli. A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da Via Campesina. 2013. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara.

MELO, B. A. Perspectivas socioambientais de empreendimentos industriais do polo de desenvolvimento da região da Zona da Mata Norte de Pernambuco. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MEDEIROS, Anamaria; VILARIM, Mariana; CHAVES, Patricia. Desenvolvimento Econômico e Desigualdade de Gênero: pesquisa mostra que projeto de desenvolvimento aumenta a desigualdade de gênero na zona da mata norte de pernambuco. Pesquisa mostra que projeto de desenvolvimento aumenta a desigualdade de gênero na Zona da Mata Norte de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://landportal.org/pt/blog-post/2021/02/desenvolvimento-econ%C3%B4mico-e-desigualdade-de-g%C3%9A>

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006). *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

PREISS, P. V.; NAVARRO, R. S.; WEBER, J. M. ; MELLO, L. L. de . Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021007, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661446. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661446>. Acesso em: 29 jun. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

Santos MVA, Oliveira IG de, Pereira FMN, Santos PR. Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segur. Aliment. Nutr.* [Internet]. 4º de março de 2021 [citado 29º de junho de 2021];28(00):e021003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661450>

SOUZA, Maria Angela de Almeida.; BITOUN, Jan. (org.). Recife: Transformações na ordem urbana. RIBEIRO, L.C.Q. (coord). 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VEJA. Fiat terá financiamento público no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/fiat-tera-financiamento-publico-no-brasil-dizmatriz>>

Zago MAV. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. Secur. Aliment. Nutr. [Internet]. 4º de março de 2021 [citado 29º de junho de 2021];28(00):e021008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661900>



La serie *Informes/país* es una propuesta de la Iniciativa Basada en Compromisos (CBI) “Mujer rural y derecho a la tierra” de la Coalición Internacional por el Acceso a la Tierra (ILC) América Latina y el Caribe.

Nuestro compromiso: Las mujeres rurales en América Latina alcanzan un mayor ejercicio de sus derechos sobre la tierra y los territorios, garantizándose la protección contra la desposesión, el desalojo y contra todas las formas de discriminación y violencia a corto, mediano y largo plazo.

[www.mujertierrayterritorio.org](http://www.mujertierrayterritorio.org)



Mujer Rural y  
Derecho a la Tierra  
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

INTERNATIONAL  
**LAND**  
COALITION | AMÉRICA  
LATINA Y  
EL CARIBE

